

actualidades^{do INE}

EM 2009, 39 MUNICÍPIOS APRESENTAVAM UM PODER DE COMPRA PER CAPITA ACIMA DA MÉDIA NACIONAL

Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio 2009

Em 2009, dos 308 municípios portugueses, 39 apresentavam, relativamente ao indicador sintético do poder de compra *per capita*, resultados acima do valor médio nacional. Uma análise global dos resultados permite destacar valores mais elevados nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto e também em alguns municípios coincidentes com capitais de distrito. A análise sugere, assim, uma associação positiva entre as zonas mais urbanas e o poder de compra dessas mesmas áreas. O indicador Percentagem de Poder de Compra revela que os 27 municípios das sub-regiões da Grande Lisboa, da Península de Setúbal e do Grande Porto concentravam 50% do poder de compra nacional.

O INE apresenta a nona edição do Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio que tem como objetivo caracterizar os municípios portugueses relativamente ao poder de compra numa aceção ampla de bem-estar material, a partir de um conjunto de variáveis. A realização deste estudo visa contribuir para a oferta de informação ao nível do município através da disponibilização de indicadores de síntese que traduzem o poder de compra manifestado nos territórios.

Nesta edição, foram retidas 17 variáveis maioritariamente de 2009 e relativizadas pela população residente. São disponibilizados três indicadores — Indicador *per Capita*, Percentagem de Poder de Compra e Fator Dinamismo Relativo —, sendo que o cômputo de qualquer um dos três indicadores para os agregados regionais NUTS I, II e III, bem como para o país, resulta da ponderação dos valores dos índices à escala municipal pelos pesos demográficos dos municípios.

Indicador *per Capita*

Este indicador pretende traduzir o poder de compra manifestado quotidianamente, em termos *per capita*, nos vários municípios ou regiões, tendo por referência o valor nacional (Portugal = 100).

A leitura dos resultados do IpC para 2009 associa ao continente um poder de compra superior ao observado nas duas regiões autónomas portuguesas: o valor atingia 100,5 para o Continente e era, de 86,1 e

94,7, respetivamente, para as regiões autónomas dos Açores e da Madeira. A região de Lisboa (134,2) e do Algarve (100,4) constituíam as regiões NUTS II com valores acima do poder de compra per capita médio nacional, embora de forma marginal no caso do Algarve. As três restantes regiões continentais — Norte, Centro e Alentejo — registavam índices de poder de compra per capita abaixo da média nacional e relativamente próximos: 88,4 para a região Alentejo, 87,6 para a região Norte e 84,4 para a região Centro.

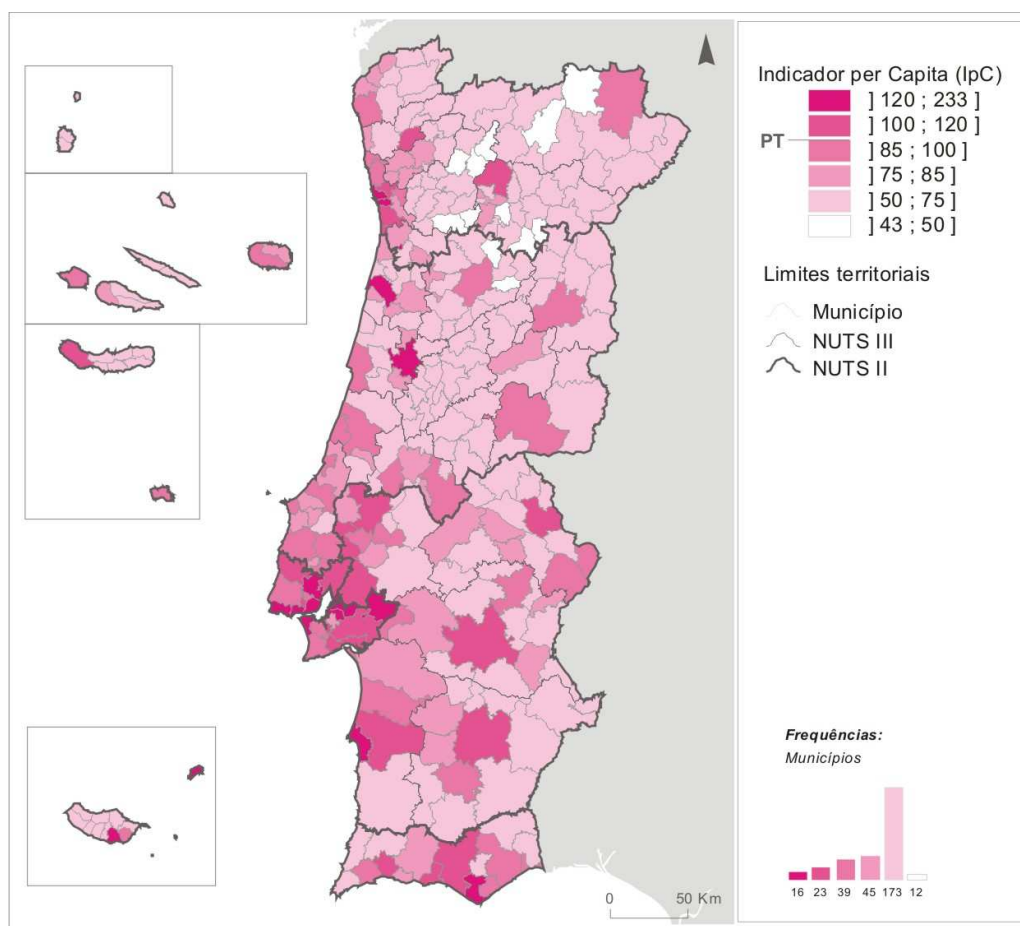
Em 2009, dos 308 municípios portugueses, 39 situavam-se acima do poder de compra per capita médio nacional. A Figura 1 destaca os valores de IpC mais elevados verificados nos territórios metropolitanos de Lisboa e do Porto. Com efeito, o município de Lisboa apresentava o IpC mais elevado (232,5), mais do que duplicando o índice nacional, mas, nas 16 primeiras posições correspondentes a um IpC superior a 120, ainda se encontravam mais seis municípios da área metropolitana de Lisboa: Oeiras (185,3), Cascais (150,6), Montijo (136,9), Alcochete (132,6), Almada (122,2) e Loures (121,6). No território

metropolitano do Porto, destacavam-se os municípios do Porto (178,8), de Matosinhos (130,6) e de São João da Madeira (129,1).

Além dos territórios metropolitanos, também os municípios correspondentes a algumas capitais de distrito revelavam, em 2009, através deste indicador, um poder de compra per capita superior à média nacional, com relevância para Faro (146,1), Coimbra (144,9) e Aveiro (134,8). Evidenciavam-se, ainda, o Funchal (133,3) e o Porto Santo (120,2), na Região Autónoma da Madeira, e Sines (132,6), no Alentejo Litoral. Esta análise sugere, assim, uma associação positiva entre o grau de urbanização das unidades territoriais e o poder de compra aí manifestado quotidianamente.

Por outro lado, 185 municípios (60% do número total de municípios) apresentavam valores de IpC inferiores a 75. Dos 12 municípios com menor poder de compra per capita manifestado, 10 pertenciam ao Interior da região Norte, distribuindo-se pelas sub-regiões Tâmega, Douro e Alto Trás-os-Montes, e dois ao Interior da região Centro (Dão-Lafões).

Figura 1. Indicador per Capita por município, 2009



Percentagem de Poder de Compra

A Percentagem de Poder de Compra (PPC) é um indicador derivado do primeiro fator com maior poder explicativo extraído da análise fatorial — o Indicador per Capita (IpC) — e reflete o peso do poder de compra de cada município ou região no total do país (para o qual a PPC assume o valor de 100%).

Com este indicador, pretende-se avaliar a concentração do poder de compra nos diferentes territórios, tendo em consideração que as áreas de maior ou menor poder de compra no território nacional dependem, não só da distribuição do poder de compra per

capita pelo país, mas também da distribuição espacial da população residente. Em síntese, o indicador PPC não resulta diretamente da análise fatorial, mas é derivado do IpC e do peso demográfico de cada unidade territorial no todo nacional.

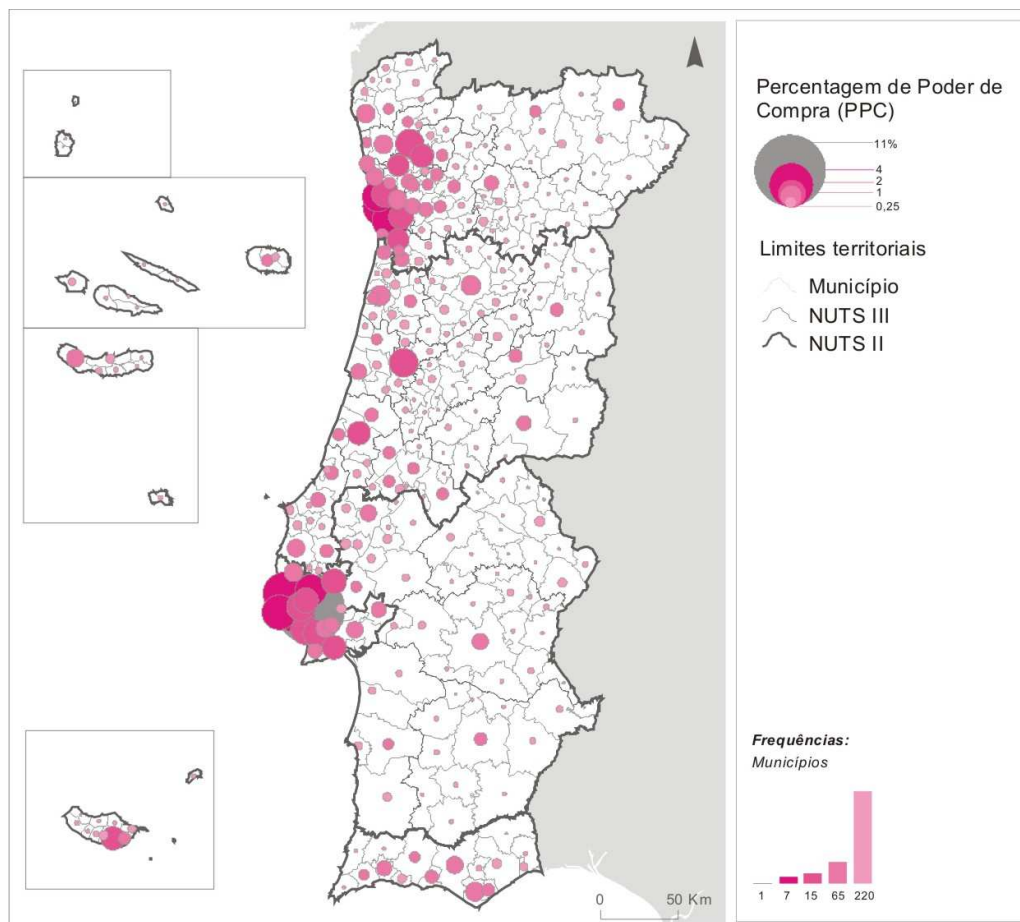
A estrutura regional da PPC em 2009 revelava que dois terços do poder de compra manifestado regularmente no país se concentravam nas regiões NUTS II de Lisboa e do Norte. Para este resultado, contribuíam de forma mais decisiva as sub-regiões NUTS III Grande Lisboa (28%), Grande Porto (14%) e

Península de Setúbal (8%). No conjunto, estas três sub-regiões representavam cerca de metade do poder de compra manifestado no território nacional.

A Figura 2 permite, adicionalmente, constatar que o poder de compra se concentrava de forma mais intensa nas regiões do Litoral continental. Com efeito, as seis sub-regiões que concentravam menos poder de compra

localizavam-se no Interior da região Centro: por ordem crescente, Pinhal Interior Sul, Serra da Estrela, Beira Interior Sul, Cova da Beira, Beira Interior Norte e Pinhal Interior Norte. Além destas sub-regiões, também o Alentejo Litoral, o Alto Alentejo e o Baixo Alentejo contribuíam, individualmente, com menos de 1% para o poder de compra nacional.

Figura 2. Percentagem de Poder de Compra por município, 2009



Ao nível municipal, Lisboa destacava-se no contexto nacional ao representar 10,5% do poder de compra nacional. Em 2009, apenas mais 22 municípios concentravam individualmente mais de 1% do poder de compra nacional. Trata-se de municípios

integrados nas áreas metropolitanas de Lisboa (Sintra, que era o segundo município a concentrar mais poder de compra, com 4%, e ainda Oeiras, Cascais, Loures, Almada, Amadora, Seixal, Vila Franca de Xira, Odivelas e Setúbal) e do Porto (Porto, Vila

Nova de Gaia, Matosinhos, Maia, Gondomar e Santa Maria da Feira), bem como de municípios capitais de distrito (Coimbra, Braga e Leiria). Os municípios do Funchal (na Região Autónoma da Madeira), de Guimarães e de Vila Nova de Famalicão (ambos na sub-região do Ave) completavam este conjunto [Figura].

Com os menores contributos, encontravam-se os municípios do Corvo e das Lajes das Flores (na Região Autónoma dos Açores) e o município de Barrancos, no Baixo Alentejo, detendo individualmente 0,01% ou menos do poder de compra nacional.

Para saber mais...

Síntese metodológica:

Caraterização dos municípios portugueses sob o ponto de vista do poder de compra, a partir de um conjunto de indicadores resultantes de um modelo de análise fatorial: o IpC-Indicador per Capita, a PPC-Percentagem de Poder de Compra e o FDR-Fator Dinamismo Relativo.

A grande vantagem dos indicadores construídos no âmbito deste estudo decorre deles constituírem informação à escala municipal, unidade territorial para a qual não existem no sistema estatístico português medidas quantificadas deste tipo de variáveis.

Nesta edição do EPCC, o estudo teve por base 17 variáveis, observadas nos 308 municípios portugueses. Em seguida, apresentam-se algumas delas e a respetiva fonte.

Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) liquidado, segundo o município de residência do contribuinte, (Fonte: Ministério das Finanças – Direção-Geral dos Impostos);

Valor dos contratos de mútuo com hipoteca voluntária sobre prédios urbanos, segundo a localização do imóvel, (Fonte: Ministério da Justiça – Direção-Geral da Política de Justiça)

Valor dos levantamentos em caixas automáticos, segundo a localização do caixa automático, (Fonte: Sociedade Interbancária de Serviços);

Ganho mensal dos trabalhadores por conta de outrem a tempo completo, por município do estabelecimento, (Fonte: Ministério da Solidariedade e da Segurança Social, Quadros de Pessoal);

Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), (Fonte: Mapa Orçamental das Câmaras Municipais);

Número de veículos ligeiros de passageiros vendidos, segundo o local de residência dos proprietários, (Fonte: Conservatórias do Registo Automóvel);

População residente em lugares com 5000 ou mais habitantes em proporção da população residente total, (Fonte: INE, Censos 2011 – Dados preliminares).

Fonte: INE (2011), informação disponível no respetivo [Destaque](#).

Publicação: Poderá aceder de forma gratuita à publicação em formato pdf e aos Quadros estatísticos em formato de folha de cálculo acedendo a, [Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio – 2009](#)